



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NO ENSINO REGULAR

Autor (Raimunda Carlos Frasão); Co-autor (Jucyanne e Silva Ibiapina)

Universidade Estadual do Piauí – UESPI (raymundafrasao@hotmail.com)

Universidade Federal do Piauí – UFPI (jucyanneibiapina@gmail.com)

Resumo: A inclusão de pessoas com necessidades especiais no Brasil vem crescendo gradativamente. Normativas são implementadas constantemente a fim de, facilitar e melhorar o acesso e permanência nas escolas de alunos com necessidades especiais. Alunos com deficiência auditiva necessitam de uma atenção especial, haja vista que, a sua língua natural é a Língua Brasileira de Sinais, esses alunos não possuem habilidades que possibilitem apreender e utilizar a língua portuguesa falada como língua nativa. Muitos são os desafios para a inclusão de alunos surdos no ensino regular, o desenvolvimento de metodologias direcionadas, bem como, capacitação de professores e de toda a comunidade escolar são fundamentais, assim como, a disponibilização de materiais e infraestruturas adequadas. O professor e o interprete de libras devem atuar em sintonia, para que a aprendizagem aconteça sem prejuízos. Surdos e ouvintes devem desenvolver uma relação saudável, sem preconceitos e segregação. A libras deve ser de fácil acesso aos alunos ouvintes para que a interação entre ouvintes e surdos seja natural. É primordial a conscientização de todos, cada um desempenhando seu papel de maneira compromissada e responsável para que a inclusão de fato ocorra. Portas foram abertas no sentido de possibilitar que a educação de qualidade seja igualitária consolidada em um direito para todos, sem nenhuma distinção.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Inclusão, Pessoas com Necessidades Especiais, Deficiência auditiva.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil vem ganhando novos rumos no âmbito do ensino regular, desde a década de 90 muitas são as discussões acerca da temática. Primeiro com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida em Jotiem – Tailândia em 1990 que abriu novos caminhos para a educação básica com a aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, onde luta pela satisfação das necessidades para a educação básica de qualidade, bem como, a prioridade de atendimento



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dos alunos com necessidades especiais, no que diz respeito à igualdade de acesso como componente da organização escolar. Segundo, com as discussões realizadas na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca, na Espanha, em 1994, às quais, ocasionaram a assinatura da Declaração de Salamanca, marco de fundamental importância para a inclusão social como um todo, a supracitada, trouxe em seus objetivos as diretrizes básicas para a reestruturação e formulação de políticas e sistemas educativos conforme os interesses do movimento de inclusão social.

Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, conforme diz a Constituição Federativa Brasileira de 1988, assim, esta, também garante a todos os direitos sociais como a educação, a saúde, a segurança, a moradia, entre outros. Os Arts. 205 e 206 da Carta Magna de 1988 traz a educação como um direito atribuído a todos, sendo dever do Estado e da família, objetivando o desenvolvimento pleno do cidadão, e ainda, apresenta dentre seus princípios o a igualdade de acesso e permanência na escola. Nesse sentido, é possível identificar a contemplação da educação aos alunos com necessidades especiais, no entanto, é no Art. 208 que de fato a educação é garantida a estes:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

(...)

III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

(...). (BRASIL, Constituição, 1988, art. 208)

Vale ressaltar que, os artigos mencionados da CF/88 estão consolidados também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que ainda dispõe em seu Capítulo V os artigos sobre a Educação especial. Alunos com necessidades especiais são aqueles que possuem temporariamente ou permanentemente alguma limitação física ou mental que necessite de assistência especial. Aqui discutiremos sobre os alunos surdos, sua inclusão no ensino regular e as principais dificuldades enfrentadas por alunos e professores. Alunos surdos são aqueles que possuem deficiência auditiva/surdez ou diminuição na capacidade de escutar sons.

Os alunos surdos com o passar do tempo, com a adoção de uma legislação que os amparam e ainda com as mudanças ocorridas na sociedade no que diz respeito à aceitação, aos poucos ganham espaço e o devido respeito diante da sociedade em geral. Antes tida como doença ou mesmo em alguns casos como loucura, a surdez, hoje passou a ser apenas uma deficiência ou necessidade especial, que não diminui em



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nada o desenvolvimento do ser humano, seja no meio social, seja no meio profissional. No âmbito educacional, muito mudou, mas não o suficiente, a educação inclusiva ainda é limitada, sendo necessário uma proposta educacional que englobe toda a população e profissionais para esse novo cenário.

Por ser uma questão relativamente recente, muitas escolas ainda não conseguem realizar a inclusão por completo, seja por falta de materiais específicos ou capacitação por parte dos profissionais. O ensino público regular brasileiro possui limitações, a educação ofertada ainda não supre as necessidades da sociedade, há urgência na qualificação dos profissionais que já estão no mercado de trabalho e que atuam sem o devido preparo, além, da adoção de medidas que fomentem o acesso e a permanência desses alunos nas escolas. O sistema educativo tem por dever fornecer os subsídios e meios necessários para que o aluno “especial” tenha as mesmas condições que o aluno “normal”, o de manter-se na escola e de aprender os mesmos conteúdos de maneira igualitária.

Muitos são os desafios a serem enfrentados e superados, a qualificação profissional, a disponibilização de materiais e equipamentos de facilitem o processo educativo, a infraestrutura adequada das escolas, entre outros. À vista disso, percebe-se um empenho em trabalhar estes aspectos, uma vez que, o processo de inclusão, anda devagar, e não depende só da lei para que funcione, mas do compromisso de todos os envolvidos, alunos, professores e instituições, cada um deve desempenhar seu papel para que de fato haja a inclusão.

METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica, de aspecto exploratório no tocante a elencar conceitos, discussões e reflexões sobre o tema. O aspecto exploratório teve como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torna-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.” (GIL, 2002, p. 40). Segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 43) “Toda pesquisa implica no levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.” Dessa maneira, os estudos realizados forneceram elementos que possibilitaram apresentar uma nova análise do que já foi publicado sobre a inclusão de deficientes auditivos no ensino regular. A pesquisa bibliográfica, “trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações, avulsas e imprensa escrita.” (LAKATOS; MACONI, 1992, p. 43). Esse é o primeiro passo para o desenvolvimento de pesquisas de caráter científico, a busca por materiais já elaborados possibilita uma visão



mais detalhada sobre o tema para o levantamento de hipóteses e novas análises.

Nessa perspectiva, uma pesquisa para ser considerada científica deve seguir alguns passos básicos, conforme aponta Eco:

- 1) A pesquisa debruça-se sobre um *objecto reconhecível e definido de tal modo que seja igualmente reconhecível pelos outros.*
(...)
- 2) A pesquisa deve dizer sobre o objeto *coisas que não tenham sido ditas ou rever com uma óptica diferente coisas que já foram ditas.*
(...)
- 3) A pesquisa *deve ser útil aos outros.*
(...)
- 4) A pesquisa *deve fornecer os elementos para a confirmação e para a rejeição das hipóteses que apresenta e, portanto, deve fornecer os elementos para uma possível contribuição pública.* (ECO, 1997, p. 52-53)

Nesse sentido, o tema a ser desenvolvido deve conter os fundamentos e principais conceitos já discutidos anteriormente e ainda, novas perspectivas e discussões. Os estudos realizados sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular, em particular, aqueles detentores da deficiência auditiva, forneceram subsídios para a análise aqui desenvolvida. Assim, a pesquisa busca não só ampliar os conhecimentos intrínsecos, bem como, servir de fonte de pesquisas futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira escola para surdos no Brasil foi instaurada no Rio de Janeiro, chamada de “O Imperial dos Surdos Mudos”, hoje intitula-se Instituto Nacional da educação de Surdos- INES, foi nesse cenário, que surgiu a mistura entre sinais da língua francesa de sinais com o sistema já usado pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Nesse contexto, iniciou-se o processo de inclusão da pessoa com deficiência auditiva, assegurado pela CF/88 que garante a todos o direito à educação de qualidade, bem como, o acesso, permanência na escola e o atendimento educacional especializado conforme a necessidade especial do aluno. Esse direito à educação especial, ainda foi consolidado no Capítulo V da LDB nº 9394/96 que traz em seu Art. 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
(BRASIL, Lei nº 9.394, 1996, art. 58)

Nesse sentido, a modalidade de educação especial deve fornecer ferramentas para o acesso e permanência de alunos com necessidades especiais na escola. Essas ferramentas vão desde o serviço de apoio especializado, como também a disponibilização de materiais e professores capacitados para a função. Outras medidas foram tomadas, a fim de, ampliar a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino regular, são elas, o Decreto nº 3298/99 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e a Lei nº 7853/89 que dispõe, entre outras providências, sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Todas as pessoas com deficiência têm direito a educação pública e gratuita que seja de preferência em uma rede regular de ensino e ainda adaptada as suas necessidades educacionais especiais.

Em 2005, o Decreto nº 5626/05 trouxe inovações para os alunos surdos, haja vista que, regulamenta as Leis nº 10.436/02, e o Art. 18 da Lei no 10.098/00, e institui que a LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. O decreto ainda trata da formação docente para essa modalidade, que deve ser obtida no curso de pedagogia ou curso normal superior, onde a libras e a língua portuguesa escrita constituam línguas de instrução, possibilitando a formação bilíngue. Nessa perspectiva, o objetivo fundamental é proporcionar ao aluno surdo adquirir sua língua natural, a libras e a língua oficial do seu país, portanto, língua portuguesa. Segundo, Goldfeld:

A questão principal para o bilinguismo é a Surdez e não a surdez, ou seja, os estudos se preocupam em entender o Surdo, suas particularidades, sua língua (a língua de sinais), sua cultura e a forma singular de pensar, agir etc. e não apenas os aspectos biológicos ligados à surdez. (GOLDFELD, 2002, p. 43)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O deficiente auditivo não possui habilidades que possibilitem apreender e utilizar a língua falada como língua nativa. Compreender como há a interação entre surdos e surdos, bem como, surdos e ouvintes é o primeiro passo para perceber os pontos positivos e as dificuldades do processo de educação inclusiva. Existe um distanciamento entre teoria e prática, haja vista que, há uma dificuldade dos surdos em construir saberes entre a língua portuguesa e a libras. Educadores e escolas enfrentam obstáculos que muitas vezes impossibilitam que de fato esse processo ocorra. Não houve um alicerce, um início, começou literalmente pelo fim, foi imposto esse novo desafio e todos envolvidos nesse processo, todos tiveram que se adequar a essa nova realidade. As escolas não possuem uma estrutura pronta para atender esse público especial, estão se adequando, engatinhando, outro ponto a ser tratado, é a capacitação de professores, a inclusão chegou e os professores ainda estão despreparados e mesmo assim, se empenham no sentido de tornar possível esse processo de inclusão.

Só a partir de 2005 foi inserido na grade curricular a disciplina de libras, e aos professores que não tiveram nenhum preparo para trabalhar com crianças com deficiência auditiva? O que fazer diante desse novo desafio? Qual a melhor metodologia para trabalhar em sala de aula? São muitas as inquietações, a lei só garantiu a inclusão no papel, na prática surgem muitas dificuldades diferentes no cotidiano, onde a palavra de ordem deve ser compromisso, na medida em que, ao educador cabe a missão de ensinar e desenvolver a melhor maneira para que aconteça o aprendizado. A postura do professor em sala de aula reflete diretamente no aprendizado, atitudes simples como ter o cuidado de falar sempre de frente para a turma para permite a leitura facial que alguns alunos sabem fazer, já que o surdo interage no plano visual gestual, mas, há necessidade de interagir com o mundo da linguagem escrita que possuem correlação com a oralidade. O professor deve estar sempre em busca de uma formação contínua, ressignificar sua profissão e seu eu professor, se avaliar constantemente, para assim, melhor atender aos anseios dos alunos e garantir um melhor desempenho no processo de inclusão. Segundo Pimenta:

A formação passa sempre pela mobilização de vários tipos de saberes: saberes de uma prática reflexiva, saberes de uma teoria especializada, saberes de uma militância pedagógica. O que coloca os elementos para produzir a profissão docente, dotando-a de saberes específicos que não são únicos, no sentido de que não compõem um corpo acabado de conhecimentos, pois os problemas da prática profissional docente não são meramente instrumentais, mas comportam situações problemáticas que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

requerem decisões num terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e de conflito de valores. (PIMENTA, 1997, p. 12)

Atitudes, são fundamentais para que na prática haja o sucesso do processo de educação inclusiva, e os alunos ouvintes também precisam participar ativamente, pois, a socialização faz parte do processo de inclusão, mesmo sem saber a linguagem dos sinais é preciso que haja um esforço para facilitar a comunicação que é fundamental. Medidas de incentivo no sentido de que, alunos ouvintes também aprendam a libras para assim ampliar a interação, e isso não limita-se apenas aos alunos, mas, expande-se a toda a comunidade escolar. A libras não pode restringir-se somente como uma disciplina obrigatória, deve ser considerada como uma nova fonte de conhecimentos e descobertas, e ainda, fazer parte da vida escolar e na sociedade em geral.

É preciso assumir a dimensão da importância da libras na educação de surdos, que esteja presente tanto nas instituições especializadas, como na vivência e comunicação de alunos e professores. A inclusão deve considerar as diferenças entre alunos surdos e ouvintes e contemplando as condições sócio histórica e cultural, um outro fator determinante é que a proposta de Salamanca seja efetivamente estabelecida, uma educação bilíngue para surdos. A importância desse aspecto, diz respeito, as dificuldades dos alunos na produção textual, tendo em vista que, há uma dependência da experiência bilíngue dos alunos, pois, os textos produzidos pelos alunos surdos são baseados em sinais, uma característica marcante, e por não possuírem registro escrito o texto criado por um surdo contém alternância e justaposição das línguas envolvidas oral e de sinais. O oralismo tem por objetivo a integração da criança surda na comunidade de ouvintes, oferecendo-lhe condições para desenvolver a língua oral, esse trabalho de compreensão e de oralização acontece no sentido de, viabilizar que a criança domine gradativamente as regras gramaticais para no futuro chegar a um bom domínio da língua portuguesa.

Surge assim, uma das maiores dificuldades nesse processo desafiador para o educador: como avaliar uma prova escrita de um aluno com deficiência auditiva sendo que há muitas diferenças em libras e a língua portuguesa escrita? A libras é baseada em sinais e é responsável por grande parte das características dos textos produzidos pelos alunos surdos, a língua de sinais não possui registro escrito, e por isso, o texto contém alternância e justaposição das línguas envolvidas oral e de sinais, os textos possuem ambiguidade e sem conectivos importantes na língua portuguesa escrita.

Nesse sentido, há a necessidade de que o interprete em libras esteja em sintonia com o professor e o conteúdo que está sendo ministrado.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Assim, a capacitação não se limita somente aos professores, mas a todos os envolvidos no processo educativo. São muitos os obstáculos a serem vencidos, e a presença de um interprete não garante por si só o aprendizado, é preciso dedicação e compromisso de todos, que o educador busque uma metodologia de trabalho que ofereça melhores condições de aprendizado, a escola deve ter infraestrutura adequada e o interprete em libras deve realizar ligação entre os surdos e os ouvintes, para que haja de fato uma inclusão positiva e que contemple os dois universos. Com efeito, o que consolidaria a inclusão de deficientes auditivos no ensino regular, é a utilização direta da libras pelo professor em sala de aula, para que os ouvintes também utilizassem a libras para se comunicar.

Atualmente o que se discute é como se organizar para oferecer um ensino de qualidade por meio de seu currículo limitado, o que existe é um cenário cheio de dúvidas, na medida em que, não há uma política bilíngue no trabalho pedagógico. Há um desdenho por parte das instituições escolares, no sentido de, privilegiar a questão linguística que apoia a maioria, mediante a saberes e poderes que instaurados nas representações e significações dos ouvintes sobre a surdez e os surdos.

Segundo Silva:

(...) percebe-se por meio dos pressupostos de Vygotsky que o professor que trabalha com deficiência deve estar atuando por intermédio da “zona de desenvolvimento proximal” ou seja, interagindo em um contexto de construções, em que se possam buscar caminhos para uma educação de qualidade. Nessa mesma lógica, especialmente no caso das deficiências sensoriais, é a partir da linguagem de sinais que o indivíduo surdo irá construir significados para sua aprendizagem. De fato, para chegar a alguma proposta pedagógica, deve-se conhecer a lei da transformação do “menos” da deficiência para o “mais” da compensação para alcançar a chave dessa peculiaridade. (SILVA, 2001, p. 36)

Para ajudar nesse processo o interprete de libras que é o profissional que tem competência e proficiência para interpretar e fazer a devida relação entre a libras e a língua portuguesa, ou vice-versa de forma simultânea ou consecutiva. Embora a presença de um interprete em libras em sala de aula tenha sido um avanço, o interprete não foi a solução para o processo de inclusão já que sua função é apenas de transmitir e não de ensinar, com isso, acontece é a segregação e não a inclusão. É de suma importância a sintonia entre professores e interpretes, estes devem fazer parte do planejamento e participar ativamente do plano de aula, isso facilitará o processo de ensino e aprendizagem e contribuirá para a obtenção de melhores resultados. É inquestionável a ajuda do interprete em



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

sala de aula, porém, existe algumas dificuldades, pois para transmitir a informação ele precisa primeiro entender o conteúdo, o grau de dificuldade aumenta em algumas disciplinas, como química, física e matemática. Diante disso, surgiram as adequações de jogos e brincadeiras, além do desenvolvimento de atividades lúdicas para melhor aplicar o conteúdo, essas dinâmicas são utilizadas no ensino de língua portuguesa para crianças ouvintes e crianças surdas considerando o contexto bilíngue da criança surda.

Vale apontar ainda, que outro fator que desacelera a inclusão, está no bullying que os alunos surdos sofrem, não só no âmbito escolar, como no convívio social. As crianças sofrem e muitas vezes se sentem diferentes, além da comunicação ser precária a socialização não acontece como deveria, mais uma falha nesse processo de inclusão, que exclui e/ou aumenta a segregação entre surdos e ouvintes. O objetivo é a integração e socialização de alunos ouvintes e surdos, no entanto, a falta de comunicação entre estes é dificultada também pela falta de informação. A segregação natural dos colegas com deficiência auditiva, contribui diretamente para a evasão escolar do ensino regular, as crianças com deficiência auditiva acabam se isolando, não se sentem bem no ambiente escolar, o que leva a desistência. É inegável a importância da língua de sinais nas relações sociais e na construção da subjetividade da pessoa surda. Esses alunos, necessitam de atenção do educador, o desenvolvimento de um convívio saudável e a formação de vínculos de amizade entre alunos ouvintes e surdos e também com o professor contribuem e fazem parte da inclusão.

CONCLUSÃO

O cenário atual clama por efetivas mudanças na forma de agir e pensar para uma nova concepção de linguagem, socialização e inclusão do surdo no ensino regular. Mas importante que, a velocidade em que ocorre o processo de inclusão, são os caminhos a seguir para alcançar os objetivos almejados. Portanto, portas foram abertas no sentido de possibilitar que a educação seja igualitária e de fato seja um direito para todos, sem nenhuma distinção.

A questão da inclusão de alunos com necessidades especiais de surdez precisa ser superada. As atitudes são fundamentais, ao educador cabe desempenhar o papel principal, pois, nele está o ponto crucial para construir um alicerce, incluir e aproximar surdos e ouvintes num universo em que todos são iguais.

Para excluir do mundo o preconceito, que é um dos maiores males da humanidade, todos merecem uma oportunidade independente de qualquer diferença, a capacidade de superação é uma qualidade do ser humano. É primordial



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

a conscientização de todos, cada um desempenhando seu papel de maneira compromissada e responsável, o que resultará em um processo natural, sem grandes impactos, assim, teremos um mundo melhor e o que não irá mais existir no futuro será a exclusão. Ainda que seja um caminho árduo, cada um fazer a sua parte é a saída para um Brasil melhor e com direito a uma educação de qualidade para todos, sem olhar as diferenças, apenas valorizando o que cada um tem de melhor para oferecer e compartilhar com a humanidade.

A inclusão é real, e precisa ser encarada de forma positiva e não como um obstáculo, mesmo em passos curtos, o importante é dedicação e persistência para não parar diante das dificuldades, a surdez é uma condição especial, e como tal, precisa de estímulo, desenvolver técnicas e metodologias a fim de, facilitar o aprendizado e a socialização. Ninguém tem o poder de mudar essa realidade sozinho, não esperar a atitude do outro, cada um fazer a sua parte, suas escolhas, trabalhar com amor e dedicação, lutando por objetivos dignos, e acreditando que a educação tem o maior poder nesse país, não só a inclusão de alunos surdos acontecerá, mas a ratificação de uma sociedade justa e sem diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 30 de jul. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 27 de jul. de 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em 05 de ago. de 2016.

Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução: Ana Falcão Bastos e Luis Leitão. Lisboa: Presença, 2007, 13 ed.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, 4 ed.
GOLDFIED, Márcia. **A criança surda. Linguagem e Cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992. 4 ed.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores – saberes da docência e identidade do Professor**. Nuances:1997. Vol. III. Disponível em: < revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/50/46>. Acesso em 30 de jul. de 2016.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em 12 de ago. 2016.